

GT41: Estudos Etnográficos sobre Cidadania

Marcus Cardoso, Luís R. Cardoso de Oliveira

A terceira onda democratizante na América Latina não se mostrou capaz de suprimir desigualdades estruturais nem garantiu a efetivação dos direitos civis e sociais dos cidadãos. Isto representou um desafio às abordagens formalistas da teoria política, incapazes de explicar satisfatoriamente as especificidades que caracterizaram este processo. Nesse cenário, a antropologia, com seu foco etnográfico, tem muito a contribuir para o debate sobre "direitos", "cidadania", "igualdade" e "justiça". Ao deslocar a análise da dimensão formal da cidadania para como os direitos são vividos, concebidos e problematizados cotidianamente pelos atores sociais, abre-se espaço para perceber rearranjos e concepções distintas da formulação eurocêntrica tradicional. Ao fazer isso, os antropólogos têm desestabilizado abordagens que naturalizam o modelo liberal, demonstrando que não é possível compreender a "cidadania" como um status puramente legal que garante ao indivíduo um conjunto de direitos e deveres em sua relação com o Estado. Tendo isto em mente, o GT busca comparar e debater trabalhos etnográficos que abordem: como a "cidadania" é significada em diversos contextos etnográficos e por diferentes atores associados às agências do Estado, ONGs, movimentos sociais e outros coletivos; como se dão as relações que estes diferentes atores estabelecem entre si; quais são os desafios metodológicos dos estudos etnográficos sobre "cidadania".

"Resgatar a universidade dos comunistas" conflitos de moralidades e concepções de cidadania em um ambiente acadêmico

Autoria: Tayná Santos Conceição, Jussara Freire

Neste trabalho, propõe-se apresentar um recorte de uma observação de inspiração etnográfica realizada em uma universidade pública brasileira de 2017 a 2020. Mais especificamente, o presente trabalho tem como objetivo analisar os recursos cognitivos e morais acionados por estudantes pertencentes a um grupo de extrema direita. Desde 2014, este movimento conhecia uma crescente expansão nacional e, logo, chegou rapidamente às universidades brasileiras. Pouco tempo depois, este grupo apresentava-se, em público, como empreendedor moral de uma "nova" concepção de "democracia": condenava publicamente diversas supostas condutas e práticas julgadas imorais na "universidade pública". Discentes deste movimento acusaram docentes de serem "autoritários", "antidemocráticos", e de desviar suas funções de funcionalismo público para implementar "um projeto comunista". Em busca de prova de flagrante, alunos membros ou próximos deste movimento participavam de aulas escondendo celulares que filmavam aulas. Alguns deambulavam pelos espaços universitários tirando fotos de cenas que poderiam, segundo eles, comprovar as verdades do próprio movimento em relação ao que seria a universidade pública: um recanto de "comunistas". Estas "provas" eram compartilhadas em redes sociais e estas últimas unificavam, por sua vez, um crescente grupo nacional em diferentes pontos do país. As redes sociais transformaram-se numa espécie de palco de tribunal no qual reforçava-se a verdade que este movimento procurava construir. A universidade em análise neste trabalho é um laboratório "bom para pensar" este processo. A partir da etnografia deste caso, apresentaremos algumas das situações que contribuem para a compreensão de construções de verdades que, nos últimos anos, tencionam a ordem universitária e, mais amplamente, a ordem social. Em outros termos, analisaremos a construção de um repertório político fundamentado em uma lógica do contraditório. Esta última orienta um plano de ação voltado para uma modalidade de dissenso que acentua a cisma entre os membros deste grupo e os "universitários", em particular em torno da categoria "comunista".

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

